COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 4.154, DE 2008

Inclui os arts. 19-A, 22-A e 23-B na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, prorrogando os prazos das concessões de geração e distribuição de energia elétrica e regulariza a situação das cooperativas de eletrificação rural.

Autor: Deputado EDUARDO VALVERDE

Relator: Deputado DILCEU SPERAFICO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe propõe alterações na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que “estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências”.

Inicialmente, o projeto sugere a inclusão do art. 19-A à referida Lei, de forma a permitir, excepcionalmente, a prorrogação das concessões de **geração** de energia elétrica por mais 15 anos após o prazo previsto no art. 19 da norma legal em vigor e interromper a concessão caso o controle acionário da concessionária seja alterado. Em seguida, propõe a prorrogação por mais 10 anos das concessões de **distribuição** de energia elétrica, conforme o art. 22-A do Projeto de Lei. Por fim, propõe a inclusão de art. 23-B com o objetivo de “determinar a regularização das permissões concedidas as cooperativas de eletrificação rural, examinando suas situações de fato como prestadoras de serviço público...”.

O projeto de lei, sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, deve ser apreciado quanto ao mérito pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Minas e Energia; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, quanto aos aspectos referidos no art. 54 do RICD, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Considero pertinentes as intenções do eminente Deputado Eduardo Valverde ao propor a prorrogação, às empresas de geração e distribuição de energia elétrica, dos períodos de concessão pública originalmente estabelecidos.

Da mesma forma, concordo com o eminente Parlamentar ao sugerir o acréscimo de dispositivo à Lei nº 9.074, de 1995, com o objetivo de determinar que o poder concedente regularize as permissões concedidas às cooperativas de eletrificação rural, examinando sua atuação como prestadoras de serviço público, visando enquadrá-las como permissionárias de serviço público de energia elétrica.

Na referida Lei nº 9.074, o art. 23 estabelece que “o poder concedente **diligenciará** no sentido de compatibilizar as áreas concedidas às empresas distribuidoras com as áreas de atuação das cooperativas de eletrificação rural”. O §1º do citado artigo, por sua vez, **faculta** ao Poder concedente a regularização das cooperativas, ao passo que o §2º estabelece que o processo de regularização das cooperativas de eletrificação rural será definido em regulamentação própria.

Ao reconhecer o mérito da proposição do nobre Deputado, optei por propor Substitutivo que altera a redação do § 1º do art. 23, da Lei nº 9.074, de 1995, eliminando o termo **é facultado**, tornando assim obrigatório o processo de regularização das cooperativas de eletrificação rural, nas situações previstas em Lei. Ademais, suprimi o mencionado §2º, tendo em

vista que essa regulamentação foi fixada pela Resolução nº 12, de 11 de janeiro de 2002, da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Além disso, proponho excepcionar as cooperativas de eletrificação rural do regime geral das permissões de serviço público (art. 40 da Lei nº 8.987, de 1995), como forma de permitir-lhes condições especiais nos contratos com o Poder Concedente. Dentre as distinções pretendidas para as cooperativas de eletrificação rural sugiro: (i) prazo indeterminado para o contrato de permissão de serviço público; (ii) suprimento de energia por geradora do Sistema Eletrobrás e ao custo de geração; (iii) redução de 50% na base de cálculo para fins de cobrança dos encargos incidentes sobre do setor elétrico relativos às permissões referentes ao setor elétrico ; e (iv) eliminação da necessidade de constituição de conselho de consumidores.

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.154, de 2008, na forma do **Substitutivo** que apresento para apreciação dos membros desta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.154, DE 2008

Inclui os arts. 19-A e 22-A e dá nova redação ao § 1º do art. 23 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que “estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, fica acrescida dos seguintes artigos 19-A e 22-A.

“Art. 19-A. A União prorrogará as concessões de geração de energia elétrica, alcançadas pelo artigo 42 da Lei nº 8.987, de 1995, excepcionalmente, por mais 15 anos, contados após o término do prazo previsto no artigo 19 da Lei nº 9.074, de 1998, desde que requerida a prorrogação pelo concessionário, permissionário ou titular de manifesto ou de declaração de usina termelétrica, observados o disposto nos artigos 19 e 25 da Lei nº 9.074, de 1998.

Parágrafo único. A prorrogação das concessões não perdurará se o controle acionário da concessionária for alterado após o término do prazo estabelecido no artigo 19 da Lei nº 9.074, de 1995.

Art. 22-A. As concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo artigo 42 da Lei nº 8.987, de 1995, serão excepcionalmente prorrogadas por mais 10 anos, contados após o término do

prazo estabelecido pelo §2º do artigo 22 da Lei nº 9.074, de 1995, por solicitação do concessionário ou iniciativa do poder concedente.(NR)”

Art. 2º O parágrafo único do art. 40 da Lei nº 8.987, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40

Parágrafo único. Aplica-se às permissões o disposto nesta Lei, exceto às cooperativas de eletrificação rural permissionárias de distribuição de energia elétrica, que contarão com legislação própria .(NR)”

Art. 3º O art. 23 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23

§ 1º Constatado em processo administrativo que a cooperativa exerce, em situação de fato ou com base em permissão anteriormente outorgada, atividade de comercialização de energia elétrica a público indistinto localizado em sua área de atuação, o poder concedente promoverá a regularização da permissão, preservado o atual regime jurídico próprio das cooperativas.

.....

§ 3º Para as cooperativas de eletrificação rural, autorizadas ou permissionárias de distribuição de energia elétrica:

I – o prazo para contratação dos serviços será por tempo indeterminado;

II - o fornecimento e o suprimento de energia elétrica far-se-á por meio de usina hidrelétrica pertencente ao sistema Eletrobrás e pelo custo de geração;

III - a cobrança dos encargos do setor elétrico relativos à permissão terão redução de 50% (cinquenta por cento) na sua base de cálculo;

IV - não se aplica a determinação para a constituição de conselho de consumidores.

§ 4º Os benefícios tarifários previstos nos incisos II e III, do § 3º deste artigo correrão às custas do Tesouro Nacional e serão consignados no Orçamento Geral da União. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator